



Surrouille (Argentina), Herzog (México) e Funaro, representando as três maiores dívidas do mundo.

Cartagena: a união contra o pagamento de juros altos.

O ministro Funaro, pelo Brasil, pede uma redução de até 2% nessas taxas.

O ministro da Fazenda Dílson Funaro, afirmou ontem, em Montevideu, onde participa do quarto encontro do Grupo de Cartagena, que pretende ser o "elemento aglutinador" da luta geral da sociedade brasileira para manter o crescimento econômico a 5 ou 6% ao ano e, ao mesmo tempo, combater a inflação.

A forma como se fará isso será ditada pela sociedade, afirmou Funaro, salientando que tem a propor duas sugestões iniciais: um projeto de desindexação da economia e esforços concentrados com mobilização de toda sociedade, como por exemplo, passar dez ou 15 dias sem nenhuma movimentação de preços, o que faria com que se reduzisse a inflação. "Este pode ser um caminho a ser trilhado", disse Funaro.

Anunciou que estará em Porto Alegre, na próxima sexta-feira, discutindo com empresários e fazendo visitas a lideranças, com o objetivo de levar a eles estas propostas, assim como esteve na semana passada em Belo Horizonte. O fato de estar entrando em contato principalmente com a classe empresarial não significa, segundo Funaro, que os sindicatos e a classe trabalhadora não estejam convidados ao diálogo em busca do "entendimento nacional".

O ministro da Fazenda negou categoricamente que sua proposta encerre um projeto de arrocho salarial, mas ressaltou: "Se os salários forem aumentando, os preços industriais subindo, os preços agrícolas indexados, assim como os serviços, realmente teremos de conviver sempre com uma inflação indexada".

— Para este problema não há saída por decreto-lei nem por medidas econômicas ou vontade exclusiva do governo, mas apenas pela solução apontada pela sociedade, que deve optar entre conviver com a inflação elevada ou decidir por uma contenção rígida dos índices — afirmou o ministro da Fazenda.

da, citando em seguida vários exemplos que podem ser estudados e comparados, embora não aplicados ao Brasil, salvo na medida em que adotaram soluções que representaram a vontade nacional: Israel, Espanha e Argentina. "Uma desindexação de 80% ou 95%, por exemplo, só funcionará se adotada pela própria sociedade", disse Funaro.

Diferenças

Especificamente em relação ao exemplo argentino, ele explicou que, se aplicado ao Brasil, o "Plano Austral" elevaria a inflação para 30 a 35% nos primeiros meses e traria a paralisação total da economia. "São duas economias em estágios completamente diferentes: enquanto a Argentina já vinha com um grande declínio em suas atividades econômicas, inflação de mil por cento e reajustes salariais mensais, o Brasil está com sua economia em expansão e precisamos viver com uma economia sempre crescente."

— O que vamos fazer com o processo inflacionário? Vamos conviver com ele ou atacá-lo rigidamente? Se for a segunda opção, cada setor tem de contribuir.

Advertiu, também, que a capacidade ociosa do parque industrial instalado já acabou e, para prosseguir com o crescimento econômico, são necessários novos investimentos.

Plano Baker

O ministro da Fazenda negou que a iniciativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (Bird) em expedir um comunicado oficial de apoio ao "Plano Baker" seja um instrumento de pressão sobre o Grupo de Cartagena. Reafirmou, porém, que o "Plano Baker" resolve apenas o problema imediato de fluxo de caixa e não toca no principal, que é o custo de serviço da dívida. "Se os países não estão conseguindo pagar estes juros, como farão para pagar os do Plano Baker, que ainda não estão explicitados?"

A missão do presidente do Banco Central, Fernaldo Bracher, ao Estados Unidos, explicou Funaro, foi a de um primeiro contato preparatório ao qual se seguirá o envio ao FMI e aos bancos credores do plano econômico brasileiro, para análise (veja o que diz Bracher, na página 9). Com base neste plano, afirmou Funaro, será renegociado o pagamento dos créditos comerciais e interbancários, cujo prazos vencem no próximo dia 17 de janeiro.

Funaro disse não acreditar que a falta de pagamento de parte dos débitos dos bancos Auxiliar e Comind junto aos bancos norte-americanos venha a prejudicar as próximas negociações.

O governo está aberto às propostas que lhe forem feitas durante as negociações, em relação a prazos, que podem ser de um, dois ou três anos, embora não sejam interessantes acordos com prazos muito grandes "e nem os bancos aceitariam um acordo desse tipo sem o monitoramento do FMI", disse Funaro, para quem um acordo formal com o Fundo não é importante.

— Mais importante que os acordos são os fatos. Estamos cumprindo nossas obrigações, pagando os juros normalmente — acrescentou Funaro para em seguida considerar "ridícula" a notícia de que os bancos norte-americanos poderiam cancelar as linhas de crédito comercial para o Brasil. "Se eles não financiarem as importações de produtos brasileiros, ficaríamos sem superávit e eles não receberiam seus juros. A opção é deles também."

A princípio, disse Funaro, não estaremos pedindo dinheiro novo nessas negociações, mas o México e a Argentina já estão fazendo novos empréstimos no mercado, de US\$ 4 bilhões e US\$ 2,5 bilhões, respectivamente.

Murilo Murça, enviado especial.